



AUXÍLIO BRASIL

MP reabre brecha para a volta da fila de espera

Senado aprova criação do programa de transferência de renda com uma alteração que, na prática, volta a permitir que famílias não sejam contempladas, mesmo apresentando os requisitos para receber o benefício

O Senado aprovou, ontem, a medida provisória que cria o Auxílio Brasil com uma alteração que, na prática, volta a permitir que famílias fiquem na fila de espera do programa de transferência de renda, mesmo que apresentem os requisitos para receber o benefício. Isso porque o Senado voltou a atrelar o fim da fila à disponibilidade de recursos no Orçamento, assim como era com o Bolsa Família.

A medida provisória do Auxílio Brasil foi editada pelo governo em agosto, mas, para virar lei em definitivo, precisava ser aprovada pelo Congresso até 7 de dezembro. Agora, a proposta seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O relator do texto, Roberto Rocha (PSDB-MA), propôs uma alteração na redação do texto aprovado pela Câmara e voltou a permitir que famílias permaneçam à espera do benefício, mesmo se enquadrando nas regras do programa. Aprovado pelos senadores, o trecho estabelece que a quantidade de pessoas beneficiadas pelo novo auxílio dependerá do Orçamento.

“Você pode zerar a fila, mas sempre condicionado ao Orçamento que esteja em vigor”, disse o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). “Ao longo do ano que vem, se forem se formando novos cadastros, vai ser formada uma fila, mas o Orçamento já foi aprovado, e não temos como fazer essas pessoas serem atendidas dentro do próprio ano. Então, elas serão atendidas no ano subsequente. Sempre haverá uma fila que se forma com o compromisso de ser atendida com os recursos disponibilizados no Orçamento do ano seguinte”, destacou o parlamentar, ao justificar a mudança — segundo ele, feita a pedido do ministro da Cidadania, João Roma.

Waldemir Barreto/Agência Senado



O relator, Roberto Rocha, propôs a alteração estabelecendo que a quantidade de pessoas beneficiadas dependerá do Orçamento

Na versão da medida provisória que saiu da Câmara, estava claro que os recursos destinados ao programa deveriam “ser suficientes para atender a todas as famílias elegíveis aos benefícios”, o que evitaria a existência de uma fila de pessoas não atendidas.

O programa Bolsa Família tinha 14,7 milhões de famílias cadastradas, e o governo prometeu subir esse número para 17 milhões em 2022, ano eleitoral. Depois que o texto foi aprovado na Câmara, o relator da MP na Casa, deputado Marcelo Aro (Progressistas-MG), chegou a falar em ampliar ainda mais o número de

atendidos, para 20 milhões de famílias, já que vedava a espera na fila.

Mudança

O texto aprovado promoveu mudanças na proposta original do governo. Em uma delas, aumentou as faixas de renda exigidas para que as famílias tenham direito ao benefício. Na linha de extrema pobreza, o valor passou de R\$ 100 por pessoa para R\$ 105. Na faixa da pobreza, o aumento foi de R\$ 200 para R\$ 210. Essas alterações abrem caminho para que mais famílias possam aderir ao Auxílio Brasil.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) comemorou a aprovação da MP. “Eu sou a favor do Auxílio Brasil. Sei que a gente pensa muito no futuro, mas 20 milhões de brasileiras e brasileiros, no momento que a gente está aqui, sabem que não vão almoçar ou jantar. Não tem como esperar”, disse.

Por sua vez, o senador Orlindo Guimarães (Podemos-PR) é crítico do novo programa social. “O que se vê ali é uma destruição da estrutura do Bolsa Família, que era muito melhor, que contava com participação de todas as prefeituras e, agora, há

uma concentração em entidades federais”, reprovou. “É o governo agindo contrário ao seu lema: ‘Mais Brasil e menos Brasília’, mas esse projeto do Auxílio Brasil é, ao contrário, mais Brasília e menos Brasil. É uma pena que isso tenha ocorrido.”

Sem data

Os pagamentos do Auxílio Brasil começaram em 17 de novembro, mesmo dia em que o governo liberou a última parcela do antigo auxílio emergencial, instituído em razão da pandemia da covid-19. O valor médio do benefício no primeiro mês foi de R\$ 224,41 por família. Com a aprovação da PEC dos Precatórios, o governo promete aumentar o valor do benefício para R\$ 400. A PEC passou em dois turnos no Senado, mas há divergências sobre a promulgação do texto, já que os senadores fizeram alterações em relação ao que foi aprovado pelos deputados (veja reportagem na página ao lado).

Segundo o ministro da Cidadania, o pagamento de R\$ 400 do novo Bolsa Família começará já agora em dezembro, mas ainda não seria possível precisar uma data para o início do repasse do novo valor, porque isso vai depender de como a PEC será promulgada. Em transmissão na internet, ao lado de Bolsonaro, Roma disse que os R\$ 400 vão ser pagos antes do Natal.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o Auxílio Brasil é “politicamente irresistível”. “Um programa de renda básica é politicamente irresistível. O auxílio emergencial foi direto na veia, a maior redução de pobreza da história”, sustentou, em evento para celebrar os 10 anos de concessões aeroportuárias no Brasil. (Cristiane Noberto, Raphael Felice e Agência Estado)



Um programa de renda básica é politicamente irresistível. O auxílio emergencial foi direto na veia, a maior redução de pobreza da história”

Paulo Guedes,
ministro da Economia

ENTREVISTA / Marcelo Aro (PP-MG), relator da MP na Câmara

Meta é emancipar os beneficiários

Relator na Câmara da medida provisória que cria o Auxílio Brasil, aprovada ontem no Senado, o deputado Marcelo Aro (PP-MG) destacou que o programa vai além de garantir uma renda básica para os beneficiários. “Ele não tem um fim em si mesmo, é apenas um caminho para a pessoa, um dia, sair disso. Então, você tem um programa de iniciação científica, o auxílio esporte; o auxílio produção rural; o auxílio produção urbana, ou seja, tem diversos programas que vão tentar emancipar a família para que ela, um dia, não precise mais desse programa”, ressaltou. Veja os principais trechos da entrevista:

prática? Por exemplo, se você é chefe de família, sua família tem cinco pessoas, e você recebe R\$ 1000 por mês, isso dá R\$ 200 de renda individual para cada um da família. Antes, essa família não teria direito a receber o benefício, mas, como a faixa da pobreza passou de R\$ 178 para R\$ 200, você passa a ter direito de receber. Dessa forma, aumenta o número de beneficiários do programa. Outro avanço foi que a gente retirou a limitação de cinco pessoas por família para ser contemplada.

No texto, há uma diferenciação entre proteção e amparo social e transformação social. Como isso será feito?

Um programa de assistência social, para ser completo, tem de amparar e proteger o cidadão mais vulnerável. Mas ele precisa dar o segundo passo, que é transformar esse cidadão socialmente. Então, a gente deixou na primeira parte do texto toda a distribuição de renda direta, que é o Auxílio

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Brasil no seu tripé básico: para pessoas que estão na linha de pobreza e extrema pobreza e que têm filho de até 3 anos; quem tem filho de 3 a 21 anos também recebe, o que é um ganho, porque o Bolsa Família parava com o benefício em 18 anos de idade. Além disso, quem estiver na extrema

pobreza vai receber o mínimo necessário, o valor suficiente, para sair da extrema pobreza. Como a gente elevou a taxa, ele é pobreza, um outro avanço. Na segunda parte do texto, tem a transformação social, ou seja, o programa não tem um fim em si mesmo, é apenas um caminho para a

pessoa, um dia, sair disso. Então, você tem um programa de iniciação científica, o auxílio esporte; o auxílio produção rural; o auxílio produção urbana, ou seja, tem diversos programas que vão tentar emancipar a família para que ela, um dia, não precise mais desse programa.”

O seu relatório faz menção a um projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e também menciona um projeto do ex-senador Eduardo Suplicy (PT).

Eu incorporei a Lei de Responsabilidade Social, que tramitava no Senado, de autoria do senador Tasso Jereissati. Com isso, o ministro da Cidadania vai ter de, anualmente, prestar contas para o Congresso Nacional daquilo que tem feito em relação ao combate à pobreza e em relação ao programa Auxílio Brasil. Terá metas preestabelecidas e terá de vir falar se essas metas foram cumpridas, se o programa está dando certo. Com isso, vamos estar debatendo a responsabilidade social. É algo parecido com o que acontece com a responsabilidade fiscal, no país, com a política monetária. O ministro da Economia tem de, anualmente, dar satisfação ao Congresso do que está acontecendo na economia. Por fim, eu coloco no texto que o Auxílio Brasil é o primeiro passo para o programa Renda Básica Cidadã, projeto defendido, lá atrás, pelo ex-senador Eduardo Suplicy para que todo cidadão receba um valor em dinheiro capaz de atender as despesas mínimas. (RF)

A MP altera a faixa de pobreza. Como será essa mudança na prática?

Antes, a faixa da extrema pobreza era R\$ 79 por pessoa e, agora, foi para R\$ 105. Já a faixa de pobreza era de R\$ 178 e será de R\$ 210. O que isso significa na